



MPF  
FLS. \_\_\_\_\_  
2ª CCR

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**2ª Câmara de Coordenação e Revisão**

**VOTO Nº 4467/2014**

**PROCEDIMENTO Nº 1.14.000.001483/2013-41**

**ORIGEM: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA BAHIA**

**PROCURADOR OFICIANTE: FLÁVIO PEREIRA DA COSTA MATIAS**

**RELATORA: LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN**

**PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA (ART. 168-A, DO CP), SONEGAÇÃO FISCAL (ART. 1º, LEI 8.137/90) E SONEGAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA (ART. 337-A DO CP). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (ART. 62, IV DA LC Nº75/93). ARQUIVAMENTO COM BASE NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.**

1. Trata-se de procedimento investigatório criminal instaurado para apurar eventual ocorrência de crime de apropriação indébita previdenciária, sonegação fiscal e previdenciária.
2. O Procurador da República promoveu o arquivamento com base no princípio da insignificância, usando como referência o valor (R\$ 10.000,00) para arquivamento de execuções fiscais de débitos inscritos em dívida ativa, a que se refere refere o art. 20, “caput”, da Lei 10.522/2002.
3. Ocorre, todavia, que o crime em questão não é de descaminho, única conduta que estaria sendo admitida a adoção do princípio da insignificância em relação a tributos inferiores a R\$ 10.000,00. Entendimento que se extrai da leitura dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria (HC 110964 MC, DJe: 18/11/2011; HC 96919, DJe: 30/06/2010; HC 101068, DJe: 06/05/2010).
4. Não homologação do arquivamento e designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Trata-se de Procedimento Investigatório Criminal instaurado para apurar eventual ocorrência de crime de apropriação indébita previdenciária, sonegação fiscal e previdenciária.

O Procurador da República promoveu o arquivamento com base no princípio da insignificância, usando como referência o valor (R\$ 10.000,00) para arquivamento de execuções fiscais de débitos inscritos em dívida ativa, a que se refere o artigo 20, “caput”, da Lei 10.522/2002.

Firmado o dissenso, os autos vieram a esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, com fulcro no art. 62, IV, da LC nº 75/93.

É o relatório.

Com a devida vênia ao entendimento do Procurador da República oficiante, entendo não ser o caso de arquivamento, já que inaplicável ao caso de crime de apropriação indébita previdenciária. Esta 2ª Câmara vem aplicando referido princípio apenas ao crime de descaminho tipificado na primeira parte do art. 334 do Código Penal.

É o que pode inferir da análise dos precedentes do Supremo Tribunal Federal cujas ementas seguem abaixo transcritas:

[...] Passo a decidir. A concessão de liminar em habeas corpus dá-se em caráter excepcional, em face da configuração do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*. No caso dos autos, em princípio, não estão presentes os requisitos exigidos para a concessão da medida cautelar. É que, ao menos em uma análise preliminar, entendo não configurado o necessário requisito do *fumus boni iuris*, porquanto já tive a oportunidade de consignar, por ocasião do julgamento do HC n. 97.541 (DJe 1.2.2011), de minha relatoria, que, no contrabando, o desvalor da conduta é maior, sendo o caso, portanto, de afastar a aplicação do princípio da insignificância. E, ainda, na 1ª Turma idêntico entendimento foi formalizado nos autos do HC 100.367, da relatoria do Mi. Luiz Fux (DJ 8.9.2011). Nesse contexto, salvo melhor juízo quanto ao mérito, indefiro o pedido de medida liminar. [...] (HC 110964 MC, Relator Min. GILMAR MENDES, DJe: 21/11/2011).

EMENTA Habeas corpus. Penal. Crime de descaminho. Princípio da insignificância. Possibilidade. Precedentes. Ordem concedida. 1. Nos termos da jurisprudência deste Supremo Tribunal, o princípio da insignificância deve ser aplicado no delito de descaminho quando o valor sonegado for inferior ao montante mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) legalmente previsto no art. 20 da Lei nº 10.522/02, com a redação dada pela Lei nº 11.033/04. 2. Ordem concedida. (HC 96919, Relator p/ acórdão Min. DIAS TOFFOLI, DJe: 01/07/2010)

No caso, o valor total dos tributos ilididos alcançou o quantia de R\$ 8.930,55.

Dessa forma, não se justifica o reconhecimento da insignificância com base na jurisprudência referida. O crime em questão é outro, necessitando de tratamento diverso daquele dado ao crime de descaminho.

Ante o exposto, voto pela não homologação do arquivamento e pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Remetam-se os autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Bahia, para cumprimento, cientificando-se o Procurador da República oficiante.

Brasília/DF, 9 de junho de 2014.

**Luiza Cristina Fonseca Frischeisen**

Procuradora Regional da República  
Suplente – 2ª CCR/MPF

TG